

Banco Bari de
Investimentos e
Financiamentos
S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes ao semestre e exercício
findos em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanço patrimonial	10
Demonstração do resultado	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas.

Visão Corporativa

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado de capital fechado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, composto, adicionalmente, pelas controladas Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O Banco é especializado em dois produtos, quais sejam: crédito consignado e crédito imobiliário, este com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis.

Iniciativas Inovadoras

O Banco Bari obteve autorização do Banco Central do Brasil para constituir duas novas carteiras operacionais, comercial e de crédito imobiliário, que se juntaram às anteriormente concedidas de investimento e de crédito, financiamento e investimentos. Em decorrência, concluímos as providências em dezembro último para implementação de conta corrente em nossa gama de produtos, com início operacional na primeira quinzena de janeiro do corrente ano. As vantagens daí resultantes serão expressivas para os correntistas, com acessos a novas ferramentas antes inacessíveis. Em outro campo, avançamos em ações para consolidar o conceito de banco digital, com a evolução de medidas que resultaram em aperfeiçoamentos no cartão “Bari Card”, em parceria com a bandeira Elo, e avanços em novas opções inerentes à conta digital, que encerrou o exercício com cerca de 250 mil contas e previsão de importante expansão no próximo exercício. Espera-se que o Banco, assim, continue sua evolução operacional, diversificando seus negócios.

Área Administrativa

Coroando diversas iniciativas adotadas para tornar o Banco uma instituição moderna e que valoriza o seu contingente de colaboradores, tais como: a) o “onboarding” para os novos funcionários, onde conhecem, em linhas gerais, as atividades diversas de que nos ocupamos previamente ao início efetivo das tarefas para as quais foram designados; b) reuniões remotas regulares, aberta a todo o quadro, com transparência para informar o desenvolvimento das ações adotadas nas diversas operações que cursamos, e c) atingimento de metas estabelecidas, entre outras, obtivemos, em agosto/2021 a certificação “Great Place to Work”, em que fomos relacionados entre as melhores empresas do Paraná para trabalhar, o que foi motivo de orgulho não só para a Administração mas também para o quadro funcional. Adicionamos que todo o layout do Conglomerado foi alterado, tornando os diversos ambientes mais descontraídos e incentivadores a uma maior produtividade, seguindo diretrizes modernas do mercado, com fixação de mensagens nas salas que estimulam ao atingimento do acima exposto.

Destaques Operacionais

Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), que mostram a evolução ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparado com o alcançado em 31 de dezembro de 2020:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
a) Patrimônio Líquido:	136.500	120.441
b) Ativos de crédito:	631.469	373.050
c) Captação:	754.426	405.853
d) Índice de Basileia:	15,03	19,71
f) Lucro líquido do exercício:	10.526	33.333

Vale ressaltar que o lucro líquido, conquanto em nível que ainda julgamos positivo, absorveu impactos internos e externos, como o representativo investimento para a introdução do banco digital em nossa plataforma e aqueles decorrentes do cenário macroeconômico desafiador experimentado, em razão de medidas adotadas pelas Autoridades Monetárias para mitigar os efeitos da pandemia. Por outro lado, as seguidas elevações da taxa Selic estimularam a busca por alternativas para oferecimentos de aplicações financeiras rentáveis aos nossos clientes, de molde a manter a atratividade dos títulos de nossa emissão, o que resultou em expansão significativa da carteira, conforme demonstrado no quadro acima. Realçamos ainda, como pontos positivos, a inadimplência ter se mantido em nível tolerável, com destaque para as renegociações empreendidas, e a normal continuidade das áreas operacionais ainda que com forte contingente do Banco atuando em regime de “home office”. Por fim, adicionamos como fatores auspiciosos, o incremento significativo do quantitativo de propostas de créditos recebidas e aprovadas, no crédito imobiliário, e originações crescentes no crédito consignado ocorridas durante o exercício de 2021.

No tocante a títulos disponíveis para atender aplicadores, o Banco possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Bacen.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, conforme consta em cláusula do estatuto social. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme a política de distribuição de dividendos o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. Os dividendos não obrigatórios são destinados através de ata da assembleia geral extraordinária do início do exercício seguinte ou por ata da próxima assembleia geral ordinária. Mais informações sobre dividendos e juros sobre capital próprio estão na nota explicativa 19.c.

Medidas Decorrentes da Covid-19

Permanecemos com todas as cautelas necessárias, em consonância com as recomendações das áreas médicas, para preservação da saúde, física e mental, de nossos colaboradores e extensiva aos clientes, quando aplicável. Instituímos, nessa linha, canais de comunicação com recursos virtuais para manter o quadro funcional motivado e atualizado. Assim, as normas expedidas no exercício pelos Órgãos Reguladores foram disseminadas prontamente e houve incentivos à participação via remota em treinamentos e em reuniões de serviços para o alcance de melhores práticas negociais.

Agradecimentos

A Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores, que possibilitou o resultado alcançado para o exercício de 2021, a demonstrar, após dois anos de desafios conjunturais, com impactos diversos, consoante acima abordados, que os rumos empreendidos na gestão se encontram em linha com os princípios consagrados no mercado, em especial na área digital, e colocam a instituição na modernidade requerida pela sociedade.

Curitiba (PR), 24 de março de 2022.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes Ltda
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselho de Administração e Diretores da
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.**
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP- 271754/O-9

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		<u>271.817</u>	<u>188.107</u>	Circulante		<u>297.512</u>	<u>105.826</u>
Disponibilidades	4	<u>1.261</u>	<u>572</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>246.166</u>	<u>60.312</u>
Instrumentos financeiros		<u>240.059</u>	<u>178.426</u>	Depósitos		<u>177.052</u>	<u>26.578</u>
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>104.141</u>	<u>92.871</u>	Depósitos a prazo	11.a	<u>162.575</u>	<u>24.896</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	<u>79.097</u>	<u>30.400</u>	Outros depósitos	11.b	<u>14.477</u>	<u>1.682</u>
Carteira própria	5.a	<u>2.425</u>	<u>56.543</u>	Obrigações por operações compromissadas	11.c	<u>1.291</u>	<u>-</u>
Vinculados a compromisso de recompra	5.b	<u>1.292</u>	<u>-</u>	Carteira própria		<u>1.291</u>	<u>-</u>
Vinculados a garantia de operações	5.b	<u>21.327</u>	<u>5.928</u>	Recursos de aceites de emissão de títulos	11.d	<u>64.639</u>	<u>33.734</u>
Operações de crédito	6	<u>135.918</u>	<u>85.555</u>	Recursos de aceites cambiais		<u>2.603</u>	<u>33.166</u>
Operações de crédito - setor privado		<u>143.611</u>	<u>87.798</u>	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		<u>62.036</u>	<u>568</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		<u>(7.693)</u>	<u>(2.243)</u>	Instrumentos financeiros derivativos	5.d	<u>4.475</u>	<u>-</u>
Outros ativos financeiros	7	<u>29.352</u>	<u>9.103</u>	Instrumentos financeiros derivativos		<u>4.475</u>	<u>-</u>
Outros ativos	8	<u>1.145</u>	<u>6</u>	Outras obrigações		<u>50.055</u>	<u>45.514</u>
Não circulante		<u>675.343</u>	<u>390.783</u>	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		<u>515</u>	<u>44</u>
Realizável a longo prazo		<u>554.989</u>	<u>305.750</u>	Sociais e estatutárias	12	<u>5.360</u>	<u>13.163</u>
Instrumentos financeiros		<u>528.045</u>	<u>298.799</u>	Fiscais e previdenciárias	13	<u>982</u>	<u>1.091</u>
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>43.665</u>	<u>16.751</u>	Diversas	14	<u>43.198</u>	<u>31.216</u>
Carteira própria	5.a	<u>42.452</u>	<u>16.751</u>	Não circulante		<u>513.148</u>	<u>352.623</u>
Vinculados a compromisso de recompra	5.c	<u>281</u>	<u>-</u>	Exigível a longo prazo		<u>513.148</u>	<u>352.623</u>
Instrumentos financeiros derivativos	5.d	<u>932</u>	<u>-</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>511.444</u>	<u>352.349</u>
Operações de crédito	6	<u>484.380</u>	<u>282.048</u>	Depósitos	11.a	<u>389.016</u>	<u>282.166</u>
Operações de crédito - setor privado		<u>487.858</u>	<u>285.252</u>	Depósitos a prazo		<u>389.016</u>	<u>282.166</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		<u>(3.478)</u>	<u>(3.204)</u>	Recursos de aceite de emissão de títulos	11.d	<u>122.428</u>	<u>63.375</u>
Créditos tributários	22	<u>25.734</u>	<u>6.431</u>	Recursos de aceites cambiais		<u>2.561</u>	<u>12.031</u>
Outros ativos financeiros	7	<u>710</u>	<u>20</u>	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		<u>119.867</u>	<u>51.344</u>
Outros ativos financeiros		<u>1.037</u>	<u>347</u>	Instrumentos financeiros derivativos	5.d	<u>-</u>	<u>6.808</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		<u>(327)</u>	<u>(327)</u>	Instrumentos financeiros derivativos		<u>-</u>	<u>6.808</u>
Outros ativos	8	<u>500</u>	<u>500</u>	Outras obrigações		<u>1.704</u>	<u>274</u>
Outros ativos		<u>1.250</u>	<u>1.250</u>	Fiscais e previdenciárias	13	<u>1.469</u>	<u>-</u>
Provisão para redução ao valor recuperável		<u>(750)</u>	<u>(750)</u>	Diversas	14/15	<u>235</u>	<u>274</u>
Permanente		<u>120.354</u>	<u>85.033</u>	Patrimônio líquido	16	<u>136.500</u>	<u>120.441</u>
Investimentos		<u>92.209</u>	<u>70.474</u>	Capital	16.a	<u>82.000</u>	<u>50.000</u>
Investimentos em participações em coligadas	9	<u>92.206</u>	<u>70.471</u>	De domiciliados no país		<u>82.000</u>	<u>50.000</u>
Outros investimentos		<u>3</u>	<u>3</u>	Reservas de lucros		<u>55.017</u>	<u>70.387</u>
Imobilizado de uso		<u>2.089</u>	<u>1.978</u>	Ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		<u>(517)</u>	<u>54</u>
Outras imobilizações de uso		<u>3.549</u>	<u>3.163</u>	Total do ativo		<u>947.160</u>	<u>578.890</u>
Depreciações acumuladas		<u>(1.460)</u>	<u>(1.185)</u>	Total do passivo		<u>947.160</u>	<u>578.890</u>
Intangível	10	<u>26.056</u>	<u>12.581</u>				
Ativos intangíveis		<u>35.069</u>	<u>15.549</u>				
Amortização acumulada		<u>(9.013)</u>	<u>(2.968)</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas da intermediação financeira		<u>67.346</u>	<u>116.175</u>	<u>61.754</u>
Operações de crédito		56.823	101.831	61.843
Resultado com títulos e valores mobiliários	5.c	9.025	11.079	3.419
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.c	1.498	3.265	(3.508)
Despesas da intermediação financeira		<u>(41.620)</u>	<u>(63.121)</u>	<u>(25.543)</u>
Operações de captação no mercado	11.e	(35.305)	(53.187)	(20.452)
Despesas de obrigações de empréstimos e repasses		-	-	(94)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.b	(6.315)	(9.934)	(4.997)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>25.726</u>	<u>53.054</u>	<u>36.211</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(43.750)</u>	<u>(59.938)</u>	<u>(4.856)</u>
Receita de prestação de serviços	18	4.622	13.407	4.130
Despesas de pessoal		(3.501)	(6.237)	(4.886)
Outras despesas administrativas	20	(51.525)	(92.471)	(33.152)
Despesas tributárias	19	(1.924)	(3.960)	(2.654)
Resultado de participação em coligadas e controladas	9	7.695	28.650	31.297
Outras receitas operacionais		1.380	2.698	1.073
Outras despesas operacionais		(497)	(2.025)	(664)
Resultado operacional		<u>(18.024)</u>	<u>(6.884)</u>	<u>31.355</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>(18.024)</u>	<u>(6.884)</u>	<u>31.355</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	11.581	17.410	1.978
Provisão para imposto de renda		(374)	(816)	79
Provisão para contribuição social		(300)	(653)	80
Ativo fiscal diferido		12.255	18.879	1.819
Lucro (prejuízo) líquido do período		<u>(6.443)</u>	<u>10.526</u>	<u>33.333</u>
Quantidade de ações		82.000	82.000	50.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		(0,0786)	0,1284	0,6667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período	<u>(6.443)</u>	<u>10.526</u>	<u>33.330</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(196)	(517)	54
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(356)	(942)	99
Imposto de renda e contribuição social	<u>160</u>	<u>425</u>	<u>(45)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(6.639)</u></u>	<u><u>10.010</u></u>	<u><u>33.384</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutária / Especial			
Saldos em 1 de janeiro de 2020	50.000	-	3.056	43.795	-	-	96.851
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	54	-	54
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.333	33.333
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	1.667	21.869	-	(23.536)	-
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-	-	(4.717)	(4.717)
Dividendos	16	-	-	-	-	(5.080)	(5.080)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.000	-	4.723	65.664	54	-	120.441
Mutações do exercício	-	-	1.667	21.869	54	-	23.590
Saldos em 1 de julho de 2021	50.000	32.000	5.571	55.886	(321)	-	143.136
Aumento de capital	32.000	(32.000)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(196)	-	(196)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(6.443)	(6.443)
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	-	(6.443)	-	6.443	-
Juros sobre capital próprio	16	-	-	3	-	-	3
Dividendos	16	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	82.000	-	5.571	49.446	(517)	-	136.500
Mutações do exercício	32.000	-	-	(6.440)	(196)	-	(6.636)
Saldos em 1 de janeiro de 2021	50.000	-	4.723	65.664	54	-	120.441
Aumento de capital	16	32.000	-	(21.869)	-	-	10.131
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(571)	-	(571)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.526	10.526
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	666	5.833	-	(6.499)	-
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-	-	(2.799)	(2.799)
Dividendos	16	-	-	-	-	(1.228)	(1.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	82.000	-	5.389	49.628	(517)	-	136.500
Mutações do exercício	32.000	-	666	(16.036)	(571)	-	16.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	(6.443)	10.526	33.333
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	3.896	6.393	2.845
Equivalência patrimonial	(7.695)	(28.650)	(31.297)
Resultado com instrumentos derivativos	(1.498)	(3.239)	3.508
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.315	9.934	4.997
Provisão para outros ativos financeiros	66	104	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	102	157	442
Provisão para imposto de renda e contribuição social	674	1.469	22
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	(12.255)	(18.879)	(2.000)
Residual alienação imobilizado	-	-	(10)
Participação dos empregados	235	439	363
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários	483	9.942	(53.358)
Operações de crédito	(126.303)	(262.629)	(122.050)
Outros créditos	(14.850)	(21.467)	(4.602)
Outros valores e bens	(1.135)	(1.139)	46
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Depósitos interfinanceiros e a prazo	126.091	258.615	142.629
Recursos de aceites cambiais	49.110	89.958	(2.271)
Instrumentos derivativos	-	906	(2.687)
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	(63)	471	21
Obrigações sociais e estatutárias	(47)	(608)	(1.094)
Obrigações fiscais e previdenciárias	1.015	(109)	2.887
Outras obrigações	(2.389)	11.785	21.567
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(4.623)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	15.309	63.979	(11.332)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos	7.010	7.010	93
Aumento de capital em investimentos	-	(95)	(1.506)
Aquisições de imobilizado	(287)	(458)	(779)
Adições ao intangível	(11.350)	(19.520)	(10.367)
Alienação do imobilizado	-	-	13
Caixa líquido (utilizados) nas atividades de investimentos	(4.627)	(13.063)	(12.546)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(11.661)	-
Aumento de capital	16	10.131	-
Caixa líquido aplicado na atividades de investimentos	-	(1.530)	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.682	49.386	(23.878)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	69.676	30.972	54.850
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	80.358	80.358	30.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (“Banco”), constituído sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atua com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que o Banco possui maior atuação, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo e geração de renda.

Desde o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o Banco manteve reserva de caixa, para honrar com suas obrigações, não tendo necessidade de captação adicional no mercado ou através de aumento de capital. O Banco promoveu as renegociações, com prorrogação de prazo de pagamento de parcelas, e alguns casos concedeu carência, para aqueles clientes que tiveram impacto direto com a pandemia. Mesmo diante desse cenário, não observou-se impactos relevantes nos índices de inadimplência por conta da pandemia, até o encerramento do exercício de 2021.

O Banco mantém a preocupação com a saúde dos seus colaboradores, clientes e fornecedores, bem como a continuidade das operações de maneira segura.

Por este motivo, decidimos adotar o trabalho de forma híbrida, sendo alguns dias da semana trabalho nas dependências do Banco e outros em home office, para os colaboradores que estejam no grupo de risco, o trabalho está sendo integralmente home office, estabelecendo todos os protocolos de segurança sanitária instituídos pelos órgãos de saúde, diante da disseminação do vírus.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, adaptadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) , nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09.

Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.911 que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõem alterações nos documentos e divulgações a serem realizados pela Companhia. A Companhia está em processo de adaptações da Resolução, a qual determina a extinção dos documentos a seguir:

- Balancete e Balanço - sede e dependência (documentos 4020 e 4026);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Consolidada de Dependências e Participações Societárias no Exterior (documento 4343);
- Balancete e Balanço do Conglomerado Financeiro (documentos 4040 e 4046);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Individual de Participação Societária no Exterior (documento 4313) será simplificado;
- Demonstrações Financeiras Conglomerado Prudencial com Notas Explicativas/ Parecer do Auditor.

A resolução mantém a obrigatoriedade de publicação dos documentos:

- Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial, com periodicidade mensal (CADOC 4060);
- Balanço Patrimonial – Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral (CADOC 4066), para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro; e
- Relatório do Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral, para as datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro (o qual ainda será objeto de maior detalhamento por parte do regulador).

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que a Companhia, está em processo de avaliação de impacto e alterações necessárias para sua implementação.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Foi realizada avaliação e análise por parte da Companhia, cujo resultado demonstrou que não há impactos e procedimentos a serem estabelecidos.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. Esse normativo não tem impacto na Companhia.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3 g e 6.b** – critério de provisionamento: mensuração para perda esperada associada ao risco de crédito;

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião 24 de março de 2022.

c. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco.

Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria, de acordo com a intenção da Administração em mantê-lo até seu vencimento ou vendê-lo antes dessa data:

- **Títulos disponíveis para a venda:** Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis.
- **Títulos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos

As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate/liquidação, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registrados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

d. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As rendas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução nº 4.803 de 09 de abril de 2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações renegociadas, devido a pandemia da Covid-19, permitindo às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, reclassificar para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020, nos termos do § 3º do art. 8º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

e. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros

f. Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

g. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

h. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

i. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

I. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

m. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o lucro líquido do Banco no exercício de 2021 no montante de R\$ 10.526 (lucro líquido de R\$ 33.333 no exercício de 2020), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

n. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Depósitos bancários	8	49
Reservas livres	1.197	322
Disponibilidades em moeda estrangeira	56	201
Total de disponibilidades	1.261	572
Operações compromissadas - Posição bancada	79.097	30.400
Letras Financeiras do Tesouro	79.097	30.400
Total de caixa e equivalentes de caixa	80.358	30.972

As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	2021		2020	
	Tx.	Curto Prazo	Tx.	Curto Prazo
DI (pré)	9,15% a.a.	79.097	1,90% a.a.	30.400
Total		79.097		30.400

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

a. Títulos e valores mobiliários - Carteira própria

		<u>2021</u>		
Disponível para venda	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/09/2022 a 01/03/2026	32.712	32.844	(132)
Debêntures	21/09/2022 a 15/11/2022	1.303	1.303	-
Certificado de recebíveis imobiliários	13/05/2038	10.862	11.664	(802)
Total		44.877	45.811	(934)

		<u>2020</u>		
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/03/2021 a 01/03/2024	63.650	63.677	(27)
Debêntures	16/03/2020 a 15/11/2022	3.695	3.764	(69)
Certificado de recebíveis imobiliários	12/01/2030	5.949	5.753	195
Total		73.294	73.194	99

b. Títulos e valores mobiliários – Valores vinculados a operações compromissadas

		<u>2021</u>		
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Debentures*	17/01/2022 a 27/01/2022	1.292	1.292	-

(*) Não há valores comparativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

c. Títulos e valores mobiliários – Valores em garantia de operações – mantido até o vencimento

		<u>2021</u>		
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/09/2022 a 01/03/2023	21.608	21.616	(8)

		<u>2020</u>		
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/03/2021	5.928	5.928	-

d. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swap”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e liquidação Financeira de Títulos –B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos (corrigidos pelo CDI) , conforme demonstrada a seguir:

2021					2020	
Posição ativa	Data de vencimento	Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a receber	Valor de mercado	Diferencial a receber
IPCA	17/06/2024	30.000	30.979	342	-	-
IPCA	16/06/2025	20.000	20.653	590	-	-
Pré-Fixada	01/07/2022	50.000	55.489	-	53.152	-
Total		100.000	107.121	932	53.152	-
Posição passiva	Data de vencimento	Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a pagar	Valor de Mercado	Diferencial a pagar
CDI	17/06/2024	30.000	30.390	-	-	-
CDI	16/06/2025	20.000	20.310	-	-	-
CDI	01/07/2022	50.000	59.964	(4.475)	59.961	(6.808)
Total		100.000	110.664	(4.475)	59.961	(6.808)

e. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	2º semestre/2021	2021	2020
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	-	50	535
Rendas de aplicações em operações compromissadas	3.408	4.099	890
Deságio na colocação de títulos	(456)	(802)	(555)
Rendas em participações societárias	3.239	3.239	-
Rendas em fundos	-	-	417
Resultado com títulos de renda fixa	2.834	4.493	2.132
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1.498	3.265	(3.508)
Total	10.523	14.344	(89)

6 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	2021		2020	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Crédito pessoal e CDC	2.130	0,34%	142	0,04%
Crédito pessoal consignado	332.109	52,59%	246.335	66,03%
Capital de giro	1.131	0,18%	1.663	0,45%
Cartão de crédito	5.924	0,94%	123	0,03%
Empréstimos com garantia	255.944	40,53%	67.438	18,08%
Financiamentos	-	-	77	0,02%
Outros	166	0,03%	-	-
Financ. imob. empreend - aquisição	1.990	0,32%	10.150	2,72%
Financ. imob. resid. - aquisição	28.399	4,50%	43.845	11,75%
Financ. imob. resid.- construção	3.676	0,58%	3.277	0,88%
Total	631.469	100,00%	373.050	100,00%
Circulante	143.611	-	87.798	-
Não circulante	487.858	-	285.252	-

b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	2º Semestre/2021	2021	2020
Saldo inicial semestre/exercício	(7.043)	(5.447)	(4.732)
Constituição líquido de reversões	(6.315)	(9.934)	(4.997)
Baixa para prejuízo	2.197	4.210	4.282
Saldo final semestre/exercício	(11.171)	(11.171)	(5.447)
Circulante	(7.693)	(7.693)	(2.243)
Não circulante	(3.478)	(3.478)	(3.204)

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 444 e R\$ 870, respectivamente (R\$ 1.318 em 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco efetuou as seguintes operações:

- (i) refinanciadas, totalizaram R\$ 160.689 (R\$ 97.626 em 2020) e;
- (ii) renegociadas totalizam o em R\$ 3.999 (não há valores comparativos em 2020).

Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	2021	2020
Até 3 meses	38.475	22.685
De 3 meses a 12 meses	97.889	63.452
De 1 a 3 anos	202.365	140.713
De 3 a 5 anos	137.223	94.923
De 5 a 15 anos	145.549	49.616
Acima de 15 anos	<u>2.721</u>	<u>-</u>
Total a vencer	<u>624.222</u>	<u>371.389</u>
Vencidos	<u>7.247</u>	<u>1.661</u>
Total	<u>631.469</u>	<u>373.050</u>

b.2 Composição da carteira e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perda esperada associada ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% de Provisão	Setor			2021	2020		
			Comércio	Serviços	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão
AA	Normal	0,00%	-	392	24.110	24.502	-	4.264	-
A	Normal	0,50%	2.035	14.155	484.954	501.144	(2.506)	329.685	(1.648)
B	Normal	1,00%	856	2.258	64.647	67.761	(678)	24.584	(246)
	Vencido		-	-	6.926	6.926	(69)	2.572	(26)
C	Normal	3,00%	-	-	4.439	4.439	(133)	5.114	(153)
	Vencido		749	-	9.463	10.212	(306)	1.238	(37)
D	Normal	10,00%	-	-	357	357	(36)	253	(25)
	Vencido		-	-	5.155	5.155	(515)	953	(95)
E	Normal	30,00%	-	-	69	69	(21)	122	(37)
	Vencido		-	-	3.091	3.091	(927)	465	(140)
F	Normal	50,00%	-	-	112	112	(56)	115	(58)
	Vencido		-	-	2.832	2.832	(1.416)	1.149	(575)
G	Normal	70,00%	-	-	-	-	-	-	-
	Vencido		-	-	1.204	1.204	(843)	431	(303)
H	Normal	100,00%	-	-	26	26	(26)	109	(109)
	Vencido		-	-	3.639	3.639	(3.639)	1.996	(1.996)
Total			3.640	16.805	611.024	631.469	(11.171)	373.050	(5.447)
Circulante			-	-	-	143.611	(7.693)	87.798	(2.243)
Não Circulante			-	-	-	487.858	(3.478)	285.252	(3.204)

c. Cessão de crédito

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 133.863 (R\$ 38.409 em 2020). Estas operações auferiram, no semestre e exercício em questão, renda no montante de R\$ 2.543 e R\$ 5.221 respectivamente (R\$ 2.425 em 2020). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

Durante o exercício em epígrafe, o Banco alienou parte da carteira de crédito para parte relacionada, no montante de R\$ 167.774 (R\$ 37.827 em 2020). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

7 Outros ativos financeiros

	2021	2020
Circulante		
Dividendos e juros ao capital próprio a receber	4.040	2.261
Serviços prestados a receber	619	204
Adiantamentos e antecipações salariais	91	226
Impostos a recuperar (c)	3.779	2.984
Devedores diversos (b)	453	1.000
Valores a receber de sociedades ligadas	684	215
Prêmio ou (-)Desconto em operações de crédito	(152)	(194)
Títulos e créditos a receber (a)	19.942	2.407
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(104)	-
Total	29.352	9.103
Não circulante		
Devedores por depósitos em garantia	710	280
Títulos e créditos a receber (a)	327	327
Prêmio ou (-)Desconto em operações de crédito	-	(260)
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(327)	(327)
Total	710	20

- (a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, são representados em 31 de dezembro de 2021, basicamente por: (i) R\$ 99 saldos não repassados de órgãos públicos (R\$ 268 em 2020); (ii) R\$ 248 são referentes a valores sem características de concessão de crédito (R\$ 248 em 2020) este valor encontra-se provisionado para sua perda em sua totalidade por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processo de cobrança e (iii) R\$ 19.921 com característica de concessão de crédito para operações do cartão de crédito Bari (R\$ 2.218 em 2020), do qual esá constituído provisão para perdas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 104 (não há saldos comparativos para o exercício findo em dezembro de 2020).
- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por: (i) valores relativos a portabilidade no montante de R\$ 4 (R\$ 464 em 2020); (ii)carga de pagamento BariCard a processar no montante de R\$ 339 (R\$ 536 em 2020) (iii) valores em contestação BariCard em R\$ 60 (não há valores comparativos para o exercício findo em 2020); (iv) operações a regularizar no próximo dia útil relacionado ao pix, no valor de R\$ 46 (não há valores comparativos no exercício findo em dezembro de 2020 e (v) demais pulverizados que somam o valor de R\$ 3 (não há saldos comparativos no exercício findo em dezembro de 2020).
- (c) Referem-se a valores de antecipações de IRPJ e CSLL ocorridas durante o exercício de 2020 e 2021, que serão recuperadas em exercícios futuros.

8 Outros ativos

	2021	2020
Circulante		
Despesas antecipadas - seguros	6	6
Despesas antecipadas – Serviços técnicos especializados	72	-
Despesas antecipadas – estoque plástico BariCard	<u>1.067</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.145</u>	<u>6</u>
Não circulante		
Bens não de uso	1.250	1.250
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	<u>(750)</u>	<u>(750)</u>
Total	<u>500</u>	<u>500</u>

9 Investimentos

	Controladas			Coligada	Exercício	
	Barigui Gestão de Recursos Ltda (a)	Bari Securitizadora S.A (b)	Bari Companhia Hipotecária (c)	Certa – Central de Registros de Títulos e Ativos (d)	2021 Total	2020 Total
Informações sobre a controlada:						
Número de ações de capital	1.950.000	2.750.000	45.000.000	14.029.000	-	-
Ativo Total	420.775	5.939	5.222	28.249	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	24.884	1.185	8.808	(1.164)	-	-
Patrimônio líquido:						
Capital social	1.950	2.750	45.000	14.029	-	-
Reservas de lucros	-	1.131	32.659	-	-	-
Ajuste a valor de mercado	-	22	(11)	-	-	-
Informações sobre o investimento na controlada:						
Número de ações possuídas	1.320	2.723	31.383	119	-	-
Percentual de participação (%)	67,67%	99%	99%	0,85%	-	-
Movimentação dos investimentos no exercício:						
Saldo início do exercício	2.893	3.864	63.714	-	70.471	39.332
Aumento de capital	-	-	-	475	475	1.506
Dividendos	(6.090)	(88)	(1.212)	-	(7.390)	(1.664)
Resultado de equivalência patrimonial	5.960	881	21.570	239	28.650	31.297
Saldo final do exercício	<u>2.763</u>	<u>4.657</u>	<u>84.072</u>	<u>714</u>	<u>92.206</u>	<u>70.471</u>

- (a) Em 2016, o Banco, adquiriu participação societária, junto à empresa Barigui Gestão de Recursos Ltda, com valor nominal de cotas correspondentes a R\$ 1.320 (hum milhão, trezentos e vinte mil reais). A Barigui Gestão, tem como objeto social a gestão de carteira de títulos e valores mobiliários.

- (b)** Em 2017, o Banco, adquiriu 99% de participação societária, junto à empresa Bari Securitizadora S.A., com valor nominal de R\$ 1.337 (Hum milhão, trezentos e trinta e sete mil reais) e efetuou aumento de capital no valor de R\$ 1.400 em outubro de 2020. A Bari Securitizadora tem como objeto social: (a) aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.
- (c)** Em setembro de 2011, o Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Bari Companhia Hipotecária, na qual o Banco detém participação de 99% do capital. A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.
- (d)** Em julho de 2018, o Banco iniciou processo para participar acionariamente da empresa CERTA – Central de Registro de Ativos S.A. que em como objeto social atividades de registro de títulos e de outros instrumentos financeiros, que não sejam considerados valores mobiliários, incluindo o registro de ônus e gravames a eles relacionados, ou sobre ele incidentes. A mesma encontra-se em fase pré-operacional, e o método de reconhecimento é por custo visto a inexistência de influência significativa.

10 Intangível

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021

Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.541	1.040	12.581
<i>Movimentação do custo</i>			
Custo em 1º de janeiro de 2021	13.804	1.745	15.549
Adições	18.402	1.206	19.608
Baixas	-	(88)	(88)
Custo em 31 de dezembro de 2021	32.206	2.863	35.069
<i>Movimentação da amortização</i>			
Amortização em 1º de janeiro de 2021	(2.263)	(705)	(2.968)
Amortização anual	(5.572)	(473)	(6.045)
Amortização em 31 de dezembro de 2021	(7.835)	(1.178)	(9.013)
Saldo contábil líquido: Em 31 de dezembro de 2021	24.371	1.685	26.056

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.975	798	4.773
<i>Movimentação do custo</i>			
Custo em 1º de janeiro de 2020	4.037	1.145	5.182
Adições	9.767	600	10.367
Baixas	-	-	-
Custo em 31 de dezembro de 2020	13.804	1.745	15.549
<i>Movimentação da amortização</i>			
Amortização em 1º de janeiro de 2020	(62)	(347)	(409)
Amortização anual	(2.201)	(358)	(2.559)
Amortização em 31 de dezembro de 2020	(2.263)	(705)	(2.968)
Saldo contábil líquido: Em 31 de dezembro de 2020	11.541	1.040	12.581

11 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Depósitos a prazo

2021				2020
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
30.401	132.174	389.016	551.591	307.602
Circulante	-	-	162.575	24.896
Não Circulante	-	-	389.016	282.166

b. Outros depósitos – Conta de pagamento

2021				2020
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
14.477	-	-	14.477	1.682
Circulante	-	-	14.477	1.682
Não Circulante	-	-	-	-

c. Obrigações por operações compromissadas

2021				2020
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
1.291	-	-	1.291	-
Circulante	-	-	1.291	-
Não Circulante	-	-	-	-

d. Recursos de aceites de emissão de títulos

(i) Recursos de aceites cambiais

2021				2020
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
404	2.199	2.561	5.164	45.197
Circulante	-	-	2.603	33.166
Não Circulante	-	-	2.561	12.031

(ii) Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias

2021				2019
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
40.938	21.098	119.867	181.903	51.912
Circulante	-	-	62.036	568
Não Circulante	-	-	119.867	51.334

e. Reconciliação das despesas de captação com o resultado

	2º Semestre/2021	2021	2020
Despesas depósitos interfinanceiros	(74)	(556)	(222)
Despesas depósitos a prazo	(26.262)	(38.668)	(14.193)
Despesas aceites cambiais	(754)	(2.420)	(4.154)
Despesas de operações compromissadas	(4)	(6)	-
Despesas de letra de crédito imobiliário	(7.757)	(10.762)	(1.435)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(453)	(776)	(448)
Total	(35.305)	(53.187)	(20.452)

12 Obrigações sociais e estatutárias

	2021	2020
Circulante		
Dividendos a pagar	1.228	6.086
Juros sobre capital próprio a pagar	3.609	6.806
Participação nos resultados a pagar	523	271
Total	5.360	13.163

13 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2021	2020
Circulante		
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	329	181
Impostos e contribuições s/ salários	216	253
Outros	437	613
Impostos diferidos	-	44
Total	982	1.091
Não Circulante		
Impostos diferidos	1.469	-
Total	1.469	-

14 Outras obrigações - Diversas

	2021	2020
Circulante		
Despesas de pessoal	544	499
Outras provisões	4.596	4.782
Credores diversos - país (a)	38.058	25.932
Total	43.198	31.216
Não circulante		
Provisão para contingência (nota 14)	235	274
Total	235	274

(a) Referem-se a:

- (i) parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente no montante de R\$ 1.989 (R\$ 3.098 em 2020).
- (ii) contratos a liberar e compra de carteira R\$ 16.438 (R\$ 19.704 em 2020),
- (iii) Credores bandeira Elo R\$ 19.164 (R\$ 2.456 em 2020). e
- (iv) outros credores pulverizados R\$ 467 (R\$ 674 em 2020).

15 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram reconhecidos ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto. Para os processos classificados com risco de perda provável o Banco efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no exercício

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui contabilizada provisão para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 235 (R\$ 274 em 2020), registrada na rubrica “Outras obrigações - Diversas”, conforme movimentação demonstrada abaixo:

	Saldo no início do período	Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo no final do período
Cíveis	119	66	(27)	(17)	141
Trabalhistas	155	-	(61)	-	94
Total – 31/12/2021	274	66	(88)	(17)	235
Total – 31/12/2020	235	955	(436)	(480)	274

Em dezembro de 2021 e 2020, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificado como provável.

d. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 31 de dezembro de 2021, os processos de natureza cível classificados como possíveis totalizaram R\$ 1.003 (R\$ 1.410 em 2020).

O Banco possui processos de natureza trabalhistas classificados como risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 7 (R\$ 69 em 2020).

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 30 de abril de 2021, os acionistas deliberaram em AGO/AGE sobre a capitalização das reservas, dividendos destacados e juros sobre capital próprio provisionados (vide nota d), para aumento de capital no montante de R\$ 32.000, sendo R\$ 21.869 com incorporação de reservas, R\$ 5.080 com dividendos e R\$ 5.051 com juros sobre o capital próprio, homologado em 29 de julho de 2021, pelo Banco Central do Brasil.

Em 17 de dezembro de 2020, a acionista Maria Tereza Fornea Caron, alienou sua participação societária (1.735 ações ordinárias) para Enio Fornea Junior no valor de R\$ 1.735.

O valor do capital social é R\$ 82.000 (oitenta e dois milhões de reais), sendo R\$ 80.360 (oitenta milhões, trezentos e sessenta reais) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 1.640 (um milhão seiscentos e quarenta mil de reais) em ações preferenciais nominativas.

Acionistas	Participação %	Total ações
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	35,4751%	29.089.582
Enio Fornea Junior	11,7635%	9.646.070
Ivo Luiz Roveda	24,1869%	19.833.258
Antonio Bordin Neto	6,9745%	5.719.090
Evaldo Leandro Perussolo	2,0000%	1.640.000
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	19,6000%	16.072.000
Total	<u>100,0000%</u>	<u>82.000.000</u>

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
*Demonstrações financeiras referentes ao
semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021*

Conciliação Dividendos e JCP a pagar	Vlr. Prov.	Vlr. IRRF	Vlr. Liq. Pagar	Valor pago em períodos anteriores	Valor Pago exercício corrente	Residual a pagar	Data Pagto	Deliberado por
Juros sobre capital próprio – JCP – 2019	5.040	(756)	4.284	(1.448)	(1.567)	1.229	Pagto parcial em 16/05/2019, 12/01/2021 e 30/04/2021	24ª AGO 30/04/2020
Dividendos propostos em 2018	758	-	758	(744)	(14)	-	Pagto parcial em 16/05/2019 e 12/01/2021	23ª AGO 30/04/2019
Dividendos propostos em 2019 (*)	991	-	991	-	(991)	-	12/01/2021	24ª AGO 30/04/2020
Dividendos propostos em 2020 (*)	5.080	-	5.080	-	(5.080)	-	30/04/2021	25ª AGO 30/04/2021
Juros sobre capital próprio - JCP – 2020 (*)	4.717	(708)	4.009	-	(4.009)	-	30/04/2021	25ª AGO 30/04/2021
Juros sobre capital próprio - JCP – Junho 2021	2.800	(420)	2.380	-	-	2.380		Não deliberado
Dividendos propostos em junho 2021	1.228	-	1.228	-	-	<u>1.228</u>		Não deliberado
Total					(11.661)	4.837		

(*) Valores de dividendos e juros sobre capital pagos em 30 de abril de 2021 foram capitalizados com aumento de capital, deliberado na 25ª AGO.

d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	2021	2020
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	10.526	33.333
Reserva legal (5%)	(666)	(1.667)
Juros sobre o capital próprio (JCP)	<u>(2.799)</u>	<u>(4.717)</u>
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	7.061	26.949
Dividendos mínimos obrigatórios (25% conforme estatuto social) (a)	(1.228)	(6.737)

- (a) A Resolução n.º 4.885 do Conselho Monetário Nacional de 23 de dezembro de 2020, alterou a Resolução 4.820 de maio de 2020, tornando possível a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos mínimo obrigatório de acordo com o estatuto da entidade, respeitando o percentual máximo de distribuição de 30% do lucro líquido. A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios foram reduzidas devido a limitação proposta na resolução supramencionada considerando a distribuição já realizada do Juros sobre capital próprio.

17 Transações entre partes relacionadas

	2021			2020		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas físicas						
LC, LCI e CDB (a)	(93.101)	-	(3.961)	(38.725)	-	(410)
Operações de crédito	295	-	-	-	-	-
Saldos em conta pagamento	(328)	-	-	-	-	-
Remuneração administradores	-	-	(737)	-	-	(435)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(3.121)	-	-	(5.865)	-	-
Controladas (a)						
Serviços prestados a receber	-	26	-	-	-	-
Aplicação Interfinanceira	-	-	(102)	-	-	-
Utilização de Estrutura Compartilhada	371	-	3.301	213	-	2.081
Saldo em conta pagamento	(71)	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP	4.040	-	-	1.664	-	-
Reembolso	269	-	-	-	-	-
LC e CDB (a)	(6.270)	-	(369)	(8.261)	-	(149)
Pessoas jurídicas						
Antecipações de recebíveis	-	-	-	134	13	-
Desenvolvimento de software	(1.462)	-	(6.048)	(1.246)	-	(3.688)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(1.716)	-	-	(3.224)	-	-
Saldos em conta pagamento	(22)	-	-	-	-	-
LC, LCI e CDB (a)	(56.008)	-	(3.000)	(35.988)	-	(1.006)
Prestação de serviços administrativos e cobrança(b)	(1.351)	-	(17.568)	(1.533)	-	(10.773)
Aluguel comercial	-	-	(146)	-	-	(166)
Utilização de Estrutura Compartilhada (c)	140	-	195	2	-	20

Informações adicionais:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco alienou parte da carteira de crédito para a relacionada, Bari Securitizadora S.A., através dos patrimônios em separado, para emissão de CRI no montante de R\$ 167.774 (R\$37.827 em 2020). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

As transações foram realizadas de acordo com condições determinadas por políticas para transações entre partes relacionadas deste Grupo.

- (*) São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas : (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A; (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigüi Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Barigüi Gestão de Recursos Ltda.; (ix) Enio Fornea & Cia Ltda.; (x) Center Automóveis Ltda.; (xi) Espaço Automóveis Ltda.; (xii) GFA Incorporações Ltda.; (xiii) Amambahy Participações Ltda.; (xiv) Fórmula Automóveis Ltda.; (xv) Instituto Barigüi; (xvi) Marumbi Investimentos Ltda; (xvii) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda; (xviii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda; (xix) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda; (xxx) EZN Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.
- (a) Controladas: Bari Companhia Hipotecária, Bari Securitizadora S.A, Barigüi Gestão de Recursos Ltda.
- (b) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.
- (c) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

a. Política de remuneração

O Banco remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Os membros da diretoria executiva tem remuneração de natureza fixa e variáveis. O valor no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está representado por R\$ 441 e R\$ 737 respectivamente (R\$ 435 em 2020).

18 Rendas de prestação de serviços

	2º Semestre/2021	2021	2020
Confecção de cadastro pessoa física e jurídica	1.722	3.339	1.164
Rendas de comissão de colocação de títulos	1.266	8.055	2.917
Utilização de canais de atendimento prioritário	17	25	1
Rendas de outros serviços	1.617	1.988	48
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	<u>4.622</u>	<u>13.407</u>	<u>4.130</u>

19 Despesas tributárias

	2º Semestre/2021	2021	2020
Despesa de PIS	(213)	(466)	(322)
Despesa de COFINS	(1.312)	(2.865)	(1.982)
Despesas de ISS	(231)	(331)	(143)
Outros	(168)	(298)	(207)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	<u>(1.924)</u>	<u>(3.960)</u>	<u>(2.654)</u>

20 Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2021	2021	2020
Despesas com serviços terceirizados (a)	(18.386)	(37.113)	(13.309)
Despesas de processamento de dados	(6.964)	(13.017)	(7.052)
Despesa com serv. téc. Especializados	(3.960)	(7.056)	(4.087)
Despesas com propaganda e publicidade	(10.501)	(16.789)	(2.343)
Despesas com amortização/depreciação	(3.896)	(6.393)	(2.845)
Despesas de comunicação	(2.034)	(3.455)	(680)
Despesas serviço sistema financeiro	(1.723)	(2.350)	(471)
Despesas de aluguel comercial	(216)	(453)	(346)
Despesas judiciais e cartório	(211)	(404)	(190)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(2.723)	(3.812)	(270)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(237)	(415)	(577)
Despesas com viagens	(161)	(212)	(232)
Despesas com acordo judicial	(125)	(225)	(121)
Despesas de seguros	(31)	(50)	(58)
Despesa de transporte	(27)	(69)	(53)
Outras despesas	(330)	(658)	(516)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	<u>(51.525)</u>	<u>(92.471)</u>	<u>(33.152)</u>

(a) Refere-se principalmente à:

(i) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 correspondem ao valor de R\$ 8.114 e R\$ 17.617 respectivamente (R\$ 6.236 em 2020),

- (ii) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, correspondem a R\$ 414 e R\$ 990 respectivamente (R\$ 435 em 2020);
- (iii) As despesas incorridas no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, relativas a custos de repasse aos órgãos públicos, montam os valores de R\$ 502 e R\$ 936 respectivamente (R\$ 747 em 2020);
- (iv) As despesas com administração de dados das carteiras de operação de crédito, para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, somam o valor R\$ 2.476 e R\$ 5.418 respectivamente (R\$ 2.337 em 2020);
- (v) As despesas relativas a assessoria em recursos humanos, análise de crédito, análise de abertura de conta, ponto de atendimento e plataforma digital montam o valor de R\$ 5.900 e 10.870 respectivamente (R\$ 2.795 em 2020), e
- (vi) Outras despesas pulverizadas, incorridas no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, correspondem ao montante de R\$ 980 e R\$ 1.282 respectivamente (R\$ 758 em 2020).

21 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Semestre/2021	2021	2020
Impostos correntes			
Provisão para imposto de renda	-	-	(22)
Provisão para contribuição social	-	-	-
	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
Total	<hr style="border-top: 3px double black;"/>	<hr style="border-top: 3px double black;"/>	<hr style="border-top: 3px double black;"/>
			(22)
Ativo fiscal diferido	12.255	18.879	1.819
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
	(674)	(1.469)	181
Total imposto de renda e contribuição social	<hr style="border-top: 3px double black;"/>	<hr style="border-top: 3px double black;"/>	<hr style="border-top: 3px double black;"/>
	11.581	17.410	1.978

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Semestre 2021	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio	(18.024)	(6.884)	31.354
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% (i)	8.111	3.442	(14.109)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:			
Adições Temporárias	(682)	-	(4.946)
Adições Permanentes	(11)	-	(5)
Exclusões:			
Equivalência	3.462	14.324	14.083
Provisões temporárias períodos anteriores	-	-	1.736
Deduções fiscais	-	-	2
Juros sobre capital próprio	1	1.400	2.123
Swap	674	-	1.209
Demais ajustes CSLL (5%) (ii)	-	(1.917)	-
Outros	28	161	(115)
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.581	17.410	(22)
Imposto de Renda e Contribuições Social - correntes	(674)	(1.469)	159
Imposto de Renda e Contribuições Social - Diferido	12.255	18.879	1.819

- (i) Alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 25% para a contribuição social para as empresas financeiras e equiparadas a partir de julho de 2021 até dezembro de 2021, de acordo com a Lei 14.183/2021.
- (ii) Conforme Lei 14.183/2021 a alíquota da CSLL a partir de julho de 2021, é de 25% (vinte e cinco por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022.

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo inicial em 01/01/2021	Constituição	Reversão	Saldo final em 31/12/2021
Imposto de renda				
Prejuízo Fiscal	-	9.668	-	9.668
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.548	1.598	(830)	2.316
Provisão para contingências	69	16	(27)	58
Provisão MTM Swap	1.702	2.211	(3.027)	886
MTM Títulos e Valores Mobiliários	-	400	(165)	235
Outras provisões	255	140	(77)	318
	<u>3.574</u>	<u>14.033</u>	<u>(4.126)</u>	<u>13.481</u>
Créditos Tributários de IRPJ				
	<u>3.574</u>	<u>14.033</u>	<u>(4.126)</u>	<u>13.481</u>
Contribuição social				
Prejuízo Fiscal	-	7.734	-	7.734
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.237	1.260	(646)	1.851
Provisão para contingências	55	10	(18)	47
Provisão MTM Swap	1.362	1.618	(2.271)	709
MTM Títulos e Valores Mobiliários	-	320	(132)	188
Outras provisões	204	101	(50)	255
	<u>2.858</u>	<u>11.043</u>	<u>(3.117)</u>	<u>10.784</u>
Créditos Tributários de CSLL				
	<u>2.858</u>	<u>11.043</u>	<u>(3.117)</u>	<u>10.784</u>
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL				
	<u>6.432</u>	<u>25.076</u>	<u>(7.243)</u>	<u>24.265</u>

As diferenças temporárias relativas às: (i) provisões sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, tem expectativa de realização em sua totalidade até o exercício de 2024; (ii) provisões para contingências pela sua natureza, espera-se que seja realizado até exercício de 2024; (iii) marcação a mercado está com datada para ser consumido em 2023 e 2024 de acordo com os vencimentos dos títulos; (iv) estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões para participação nos resultados, que serão realizados em sua totalidade em 2022; e (v) Prejuízo fiscal está com expectativa de realização total entre os exercícios de 2023 e 2024.

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em dezembro de 2021 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	2022	2023	2024	TOTAL
Créditos Tributários de Imposto de Renda				
Diferença Temporária	2.441	3.197	7.843	13.481
Valor Presente	2.222	2.650	6.501	11.373
Créditos Tributários de Contribuição Social				
Diferença Temporária	1.953	2.558	6.273	10.784
Valor Presente	1.778	2.120	5.201	9.099

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros de captação de 109,84%.

O Banco não deixou de ativar os créditos tributários durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

d. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 1.469 em 31 de dezembro de 2021 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários (R\$ 44 em 2020).

22 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em dezembro de 2021 atingiu 15,03 representativo do Conglomerado Prudencial Bari, atendendo preceitos regulamentares.

	2021	2020
Patrimônio de referência	<u>111.629</u>	<u>107.773</u>
Índice de Basileia BACEN	<u>15,03</u>	<u>19,71</u>

23 Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital

O Banco conta com uma Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, abrangendo entre outros, os riscos de: Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional, Socioambiental e Gerenciamento de Capital. Tal estruturação possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação de eventuais perdas, seus impactos e probabilidades, aos quais esteja exposto. Ademais, assegura que eles estejam em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, normas, procedimentos e relatórios. As ações acima visam subsidiar as resultantes decisões administrativas, tornando-as mais assertivas e mantendo-as sempre em linha com as melhores práticas de mercado e, ainda atendendo às regulações pertinentes em vigor.

A Estrutura é segregada das áreas de negócios, evitando conflitos de interesses, assim garantindo sua independência. As respectivas diretrizes são formalizadas através de políticas, normas e procedimentos, para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. Na estrutura sob apreço tem o papel relevante o **Comitê de Gerenciamento Integrado de Risco e Capital** que subsidia o Diretor de Riscos e Capital (Chief Risk Officer - CRO) e o Conselho de Administração na tomada de decisões.

As medidas para implementação das providências antes declinadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe estrutura de gerenciamento de riscos e capital, foi concluído no segundo semestre de 2018.

Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos do Banco.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios do Banco podem ser considerados como:

a. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do Banco envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos operacionais para concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos da espécie. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com o exame da suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou renegociação.

b. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle oriundos de sistemas informatizados ou manuais, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de ameaças, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação.

Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Banco, a área de Risco Operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Insere-se, também, neste contexto, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) e a Abordagem Padronizada Alternativa.

c. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do Banco e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, anualmente, são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

d. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificado como decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e/ou taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional.

Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas, com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a tal risco, com diversificação e seleção criteriosa de investimentos.

e. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o bom gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para seu ajuste, incluindo a realização de swaps.

O Banco conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

f. Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo Banco para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da liquidez do patrimônio da sociedade.

Em complemento ao afirmado no parágrafo anterior, o Banco realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

g. Risco Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à aspectos sociais (trabalho escravo, proteção a menores em atividades laborais, etc.) e, também, responsabilidade ambiental nos negócios e produtos ofertados pelo Banco, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou de fornecedores. As diversas modalidades de contratos gerados no Banco apresentam cláusulas específicas para prevenir inobservâncias aos preceitos que regem a matéria.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber:

“ O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.”

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital está registrada no endereço eletrônico: www.bariquicreditointeligente.com.br > institucional > gerenciamento de riscos.

* * *

Diretoria

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

Evaldo Leandro Perussolo
Diretor Superintendente

Mateus Vargas Fogaça
Diretor Executivo

Eduardo Zagonel Neves
Diretor Executivo

Conselho de Administração

Ivo Luiz Roveda
Presidente

Enio Fornea Júnior
Vice Presidente

Felix Archanjo Bordin
Conselheiro

Antônio Bordin Neto
Conselheiro

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Conselheiro

Responsável Técnica
Cristiane Aparecida Damrat
Contadora CRC PR 063966/O-2